



Sobre cinco pilares

Administração *Colaboração, ética e transparência são princípios que balizam as ações da nova ad*

Jacira Cabral da Silveira e
Felipe Ewald

No dia 29 de setembro foram empossados o novo reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, e a sua vice, Jane Tutikian, para o quadriênio 2016-2020. Formado em Odontologia pela Universidade, Rui ingressou como professor titular desta instituição em 1983. “Hoje me dou conta do quanto isso teve um significado importante para a minha carreira, porque assumi responsabilidades que um professor titular deve ter, de não só trabalhar como pesquisador e professor, mas também de ter um compromisso institucional, isto é, colaborar com sua experiência para a construção da universidade”, pondera. Também formada pela UFRGS, Jane ingressa como professora do Instituto de Letras (IL) da Universidade em 1993, unidade onde realizara

sua graduação e pós-graduação. Assim como Rui, ela passou pela experiência de diretora da sua unidade: “Fiz uma série de atividades que me possibilitaram conhecer o funcionamento do IL e também estabelecer um diálogo com as outras unidades do Câmpus do Vale, além de conhecer o funcionamento da própria Universidade”. Em entrevista ao JU, realizada no salão nobre da reitoria, eles conversaram longamente sobre desafios e projetos para os próximos quatro anos.

No programa de campanha dos senhores, são apontados cinco pilares de atuação. Por que tais aspectos assumiram caráter relevante para a presente gestão?

JANE: O primeiro pilar é a *excelência acadêmica e a internacionalização*, que são fundamentais para uma universidade que tem o perfil da UFRGS – uma grande instituição focada no

ensino, na pesquisa e na extensão. Outro pilar é o da *gestão*. Diante dos novos desafios, precisamos de uma gestão que busque efetivamente um aperfeiçoamento da governança, da gestão de pessoas, da comunicação, da infraestrutura, da sustentabilidade. Não há como se desvincular essa proposta de se repensar um grande projeto de gestão que corresponda integralmente aos novos tempos, tanto no que diz respeito a se gerarem condições de conhecimento, de ampliação de pesquisa e de extensão como também de responder à própria comunidade interna e externa, cujas demandas em relação à Universidade hoje são outras. O terceiro pilar é *tecnologia e inovação*. Investimento que exige um bom planejamento estratégico, que já está sendo realizado; precisamos firmar alianças que venham em benefício da Universidade, mas que também sejam uma resposta à sociedade, sobretudo

no sentido de se tentar dinamizar e facilitar a relação com a empresa, o que vai reverter no avanço científico e tecnológico da própria Universidade. Isso significa investir no parque tecnológico. Um aspecto muito caro para mim é justamente a questão da valorização das áreas de humanas, que tendem a ficar na sombra. Como quarto pilar, queremos *dar um valor especial à cultura, às artes, ao próprio pensamento*, no sentido de se buscar uma maior justiça social. O quinto pilar envolve o *bem-estar social e a inclusão*, e aí há todo um trabalho para se fazer. Já começamos a discutir, por exemplo, um código de ética do servidor da UFRGS.

Como avaliam o cenário da Universidade, a partir do qual darão início às suas ações?

RUI: Vivemos um momento de transição. As Instituições Federais de En-

sino Superior (IFES) estão passando pelo período pós-REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que estimulou a expansão e a qualificação das IFES. Quem viveu o período pré-REUNI sabe muito bem o estado quase falimentar da nossa infraestrutura, a dificuldade de reposição de pessoal docente e técnico-administrativo e a quase absoluta falta de uma perspectiva de investimentos. O REUNI criou esse momento especial, e a Universidade aproveitou muito bem. Contratamos mais de mil novos servidores, ao ponto de hoje quase 50% do quadro ter ingressado nos últimos dez anos. Agora chegamos ao momento da travessia. Esse legado de docentes e técnicos administrativos jovens, que têm uma perspectiva de construção de carreira acadêmica e profissional para os próximos 30 anos, é um dos



significa construir lideranças – o que não significa que sejam capitalistas tão somente. Uma das ações mais bem-sucedidas nesse sentido é a da economia solidária, que é um programa empreendedor e trabalha com famílias de agricultores.

E quanto a pendências, como o prédio de salas de aula no Câmpus Centro, como pretendem solucioná-las?

RUI: O prédio de salas de aula está interdito na Justiça Federal. Nesse momento, a única razão da interdição é a falta do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI). Uma vez liberado o PPCI, vamos à Justiça Federal solicitar a liberação do prédio. Outra questão: recentemente foram retomados os trabalhos do novo prédio do ICBS. Essa obra é estratégica porque, quando estiver terminada, o prédio da antiga Medicina no Câmpus Centro ficará desocupado e poderá despressurizar todas as demandas ainda reprimidas no câmpus, de tal maneira que a gente possa pensar em centros culturais, institutos de arte, salas de aula e outros empreendimentos.

“Vamos criar um conselho por câmpus para delimitar propostas.”

Jane

JANE: Ainda em relação à infraestrutura, vamos criar um conselho por câmpus no sentido de se fazer um levantamento e delimitar propostas para tentar resolver essas questões, pelo menos as mais imediatas. Ou seja, é a própria comunidade que vai determinar as prioridades.

Quais são as prioridades da nova gestão?

RUI: No aspecto administrativo, a professora Jane já colocou que são os conselhos que vão nos ajudar a fazer a definição de prioridades para a infraestrutura. Esses conselhos representam um aporte importante à Suinfra, que dessa maneira terá como dialogar com as necessidades de cada câmpus. Outra questão fundamental é a Central de Atendimento ao Aluno, congregando o atendimento aos alunos da graduação e da pós-graduação de tal maneira que num único local eles possam resolver todas as suas questões, seja virtual, seja presencialmente. Isso também vai redefinir o trabalho de algumas pró-reitorias, que, em lugar de ficar apenas atendendo alunos, terão oportunidade de fazer mais. Nós também queremos consolidar o Câmpus Litoral Norte, até porque ele está numa fase de expansão definitiva e precisamos de infraestrutura para acolher todos os novos alunos. O governo federal está apontando para uma avaliação bastante crítica dos novos câmpus criados nas universidades no Brasil, exigindo que eles tenham a sua justificativa plenamente atendida, porque também não se pode pensar em manter uma estrutura dessas sem ter toda a atividade própria de uma universidade, que inclui ensino, pesquisa e extensão. Sob o ponto de vista ainda da infraestrutura, a biblioteca do Câmpus do Vale será a primeira das novas obras. Em outra frente, a Pró-reitora de Assun-

tos Estudantis está empenhada em estimular o esporte universitário. Nós queremos povoar o Câmpus do Vale e o Câmpus Litoral Norte nos finais de semana com atividades de todos os tipos, que não só futebol. Também estamos propondo uma discussão na comunidade sobre o resgate do trabalho voluntário, que não é algo descomprometido, mas um trabalho que compreende envolvimento. Por exemplo, um mutirão, uma intervenção dentro de uma comunidade, enfim, organizações que permitam que a gente possa expressar a nossa cidadania sem necessariamente receber uma remuneração pecuniária.

JANE: Para completar, eu acho que também seria interessante dizer que a nossa prioridade é melhorar a comunicação interna, no sentido de se exercer mesmo a transversalidade, de se conseguir colaboração entre unidades. Também é prioridade trazer à discussão os assuntos mais candentes do momento. Esse é um papel da universidade, conversar com a sua comunidade, discutir com a sociedade temas prementes. Nesse sentido, a UFRGS está promovendo um colóquio para discutir a medida provisória da reforma do Ensino Médio e tirar uma carta que seja a posição das universidades da Região Sul.

RUI: Outro tema muito relevante é a intolerância. Nós estamos preocupados com as demonstrações de intolerância que estão acontecendo na UFRGS. Claro que elas são impregnadas do espírito que a gente vê na sociedade, mas a Universidade tem capacidade de oferecer alternativas para a questão da construção de menos intolerância em todos os seus aspectos.

Como pretendem conquistar o grande número de votos, especialmente entre técnicos e alunos, que foram direcionados a outros candidatos?

RUI: Nós estamos passando na Universidade por uma situação bastante crítica na relação dos servidores técnico-administrativos não só com a reitoria, mas com a administração pública. Quando fomos instados a fazer o registro eletrônico da frequência dos servidores, criamos uma área de dificuldade no relacionamento. Isso se estendeu e impregnou necessariamente a campanha. Em menos de um ano, nós não vencemos ainda essa etapa de definir como é que vamos trabalhar a questão da frequência, porque a ela também está vinculada a questão da flexibilização, que tampouco está resolvida. Sobre essa questão, nós estamos construindo para permitir que ela se faça dentro da perspectiva legal. De repente alguém que diz, na campanha, que não vai cobrar o ponto e vai flexibilizar para todo mundo, essa se torna uma proposta tentadora. Com relação à questão dos estudantes, aí entra um fato inédito na Universidade: os sindicatos e o diretório central se uniram em torno de uma candidatura e com intervenção direta da política. Não há nenhum reparo a isso, mas é evidente que no momento em que isso é feito, da forma como foi feito, aí, sim, há vários reparos. O diálogo que se poderia ter construído não houve, o que explica a razão de a gente não ter tido a maioria dos votos no segmento dos estudantes e dos técnicos. Mas eu acho que são pontos circunstanciais a serem superados, e posso dizer com tranquilidade, com grande alegria e com grande expectativa, que nós já temos uma proposta que está sendo

conversada com a Associação dos Servidores (ASSUFRGS). É uma mesa de conversação de caráter permanente para que a gente possa fazer a superação dessas questões num diálogo maduro, numa visão de que a nós todos interessa a solução. O diálogo se constrói em bases permanentes e sem nenhum ressentimento. A campanha terminou, é página virada; nós estamos trabalhando. E todo mundo está reconhecendo que assim vai ser.

E a questão da paridade, professor?

RUI: A questão da forma de escolha do reitor e vice-reitor – a paridade é uma das formas, 70/30 é outra, e existem outras tantas – é uma discussão que nós vamos fazer com a comunidade universitária. E, quando falo comunidade, me refiro a estudantes, técnicos e docentes. Como é que nós vamos fazer isso? Nós temos o ILEA, nosso centro de altos estudos, que pode participar conosco da elaboração de colóquios, seminários, conferências. Queremos trazer diferentes instituições universitárias com modelos diferentes do nosso para que possamos conversar e aprender com eles os riscos e benefícios que implicam. Queremos trazer o Ministério da Educação para se posicionar. Queremos trazer a representação política, que tem a responsabilidade, por exemplo, de modificar a Lei de Diretrizes e Bases, porque está nela a raiz desse problema. Então, é uma situação que não vamos deixar para dezembro de 2019. Ela já está sendo trabalhada na forma de buscarmos organizar uma estratégia para fazer esse debate. E na organização desse debate queremos a participação de todos os sindicatos. A nossa esperança é que muito rapidamente a gente tenha uma proposta a oferecer ao Conselho Universitário (Consun). É uma questão que não se pode deixar que se tome como bandeira de um ou de outro segmento; é uma questão da Universidade.

“A questão da forma de escolha do reitor é uma discussão que vamos fazer.”

Rui

JANE: Eu queria colocar, com relação à mesa permanente de negociações, que há um entendimento comum, e isso nos deixa muito satisfeitos. Trata-se da compreensão de que, num momento de crise, nós temos de nos unir, e não nos separarmos. Eu acho que esse princípio é fundamental para tudo o que se vá negociar daqui para a frente. Tanto a ASSUFRGS quanto a administração têm esse entendimento. A situação no Brasil é difícil, e se nós tivermos fragmentação e ruptura interna será muito mais difícil enfrentar esses desafios. Esse ponto de partida é fundamental.

RUI: Nós temos um belo exemplo de que essa prática de diálogo foi efetiva. Nossa posse se deu com a reitoria ocupada pelos estudantes que tinham proposições com relação ao que estava sendo colocado no Consun com relação às cotas. Foi construído um diálogo entre a administração da Universidade, os ocupantes e os movimentos que eles representavam

e o Conselho Universitário. Desse diálogo surgiu a proposta de melhoria do que ali estava colocado e, sem dúvida nenhuma, qualificou o que tinha sido proposto originalmente. O Consun entendeu isso como melhoria, aprovou in totum, e, ato contínuo, os estudantes desocuparam a reitoria. Não teve polícia federal, não teve justiça, o que houve foi diálogo. E eu fico muito feliz que fizemos isso em um momento de extremo estresse para nós dois, que estávamos assumindo a reitoria. Então não é só discurso, é prática também.

Há perspectivas de avanços quanto às políticas voltadas à permanência no âmbito das ações afirmativas?

RUI: Esse é o desafio número dois. O primeiro era o da inclusão, e acho que esse desafio está garantido e até qualificado com a decisão do Consun agora aprovada. A questão da permanência é de múltiplas origens: tem a questão da assistência estudantil, que implica recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do qual é prevista redução, por isso temos de racionalizar esse investimento. Estamos esperando a aprovação do orçamento da União para ter noção do montante que o PNAES vai destinar à Universidade. É evidente que o aluno vulnerável econômica e etnicamente tem prioridade, porque é um aluno que, nesse aspecto, tem de estar resguardado para que não ocorra a evasão. Mas há outros aspectos que também são muito importantes: o acolhimento e a integração do aluno na Universidade são grandes desafios. A universidade precisa ter nos alunos cotistas uma comunidade que veja como sua, e o cotista se veja dentro da universidade. O cotista não pode pensar assim: “Eu tenho que me enquadrar aqui, aqui, aqui, ou ali, mas eu tenho que me enquadrar como eu sou”. E esse é um desafio muito interessante e novo para a universidade, assim como é nova a política de ações afirmativas. E, novamente, essa é uma questão que precisa ser construída pelo diálogo. A representação dos cotistas, a sua forma de trabalhar, sua forma de estar aqui precisam ser identificadas e estimuladas para a sua permanência. A CAF – Coordenadoria das Ações Afirmativas – mostrou nas suas avaliações que o desafio acadêmico do cotista é muito semelhante ao dos não cotistas. Cálculo é ruim pra todo mundo; álgebra é ruim pra todo mundo – é claro que a gente precisa ter ações para diminuir esses nós críticos que produzem muita evasão e também retenção.

JANE: Tem-se uma tendência muito grande de dizer que a evasão está ligada aos cotistas. Absolutamente, a variável de evasão não são os cotistas; a grande variável é o próprio curso. Aqueles que têm cálculo têm evasão maior. A tendência dos cursos de licenciatura é de uma permanência muito grande. Quanto ele pode permanecer? Isso é reflexo do mercado de trabalho. Mas reforço acadêmico, que tem a ver com permanência, isso já estamos trabalhando. Sobre o próprio Programa de Apoio à Graduação, estamos querendo fazer tutorias em menores grupos.

RUI: Tutoria é uma ferramenta que julgo fundamental; ninguém melhor que outro aluno que já passou pelo cálculo para mostrar como é que se faz, porque o professor tem o seu discurso, o aluno, a sua tradução.

ES
ministração

potenciais mais importantes. É claro que recursos financeiros também são, mas os recursos humanos são um legado que poucas instituições têm com a oportunidade que nós temos. Nosso primeiro desafio é dar condições a que esse potencial humano herdado do REUNI tenha possibilidade de expressão da sua natureza acadêmica, intelectual e profissional. Essas condições têm que ser dadas via recurso – e essa é uma grande preocupação, porque sabemos que houve uma restrição na proposta orçamentária para 2017, com redução de custeio e de investimento em capital. Outro aspecto fundamental é a oportunidade de buscarmos recursos para além dos tradicionais orçamentários, por meio da participação em editais nacionais e estrangeiros. Precisamos de novos aportes e parcerias. Ainda dentro dos desafios, há outro aspecto importante: o empreendedorismo, que para nós